

# Considerações sobre o sentido de liberdade e sua relação com a ética: paralelos entre as filosofias de Emmanuel Kant e Thomas Nagel

*Considerations about the meaning of liberty regarding to ethic: parallels between Emmanuel Kant's and Thomas Nagel's philosophies*

Luiza Andriolo da Rocha Tavares Pereira\*

---

**RESUMO:** O sentido atribuído à liberdade e a relação que daí se estabelece com a conduta humana em termos éticos, parece ser anterior a um sistema dual em todas as suas margens de sentido, e para além delas. Anterior também à divisão entre subjetividade e objetividade, é esta falta que se faz lacuna, tanto nas tentativas filosóficas transcendentais que “absolutizam” o mundo ideal, quanto nas analíticas, as quais priorizam o mundo real. Busca-se algo capaz de contemplar transcendentalidade e objetividade no interior do próprio conceito de liberdade, através da leitura e compreensão das filosofias de Kant e Nagel, de modo a relacionar o irrelacionável, e desfazer um abismo. É necessário um novo sentido para tal conceito, o qual, através do sujeito transcendental kantiano, acabou por assumir proporções insustentáveis. O que é este desconhecido da liberdade humana a justificar uma *nova* conduta ética?

**PALAVRAS-CHAVE:** Liberdade. Ética. “Eu transcendental”. “Eu objetivo”. Universalidade.

**ABSTRACT:** The meaning imputed to liberty and the connection established from that moment on, in terms of ethics, it seems to be previous a dual system under all senses, and beyond them. Coming also before the division between subjective and objective, it is this lack that makes itself a blank, both in the transcendental philosophical trials, that “absolutizes” the ideal world, and in the analytical ones, which prioritizes the real world. By reading and understanding Kant’s and Nagel’s philosophies, we look for something that is able to group transcendental and objectivity inside the liberty’s conception, in order to relate the irrelatable, and to unmake an abyss. It is necessary a new meaning to that concept, because Kant’s transcendental subject had turned to unbearable proportions. Is this unknown human’s liberty able to justify a *new* ethic behavior?

**KEY WORDS:** Liberty. Ethics. “Transcendental Subject”. “Objective Subject”. Universality.

---

\*Mestranda em filosofia pela PUCRS/CNPq. Contato: luizaartp@hotmail.com

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p.103-122
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	-----------

### A ética e sua pretensão de universalidade

A tentativa de tornar a ação humana imparcial, no que tange a sua dimensão ética, sugere um retorno a Kant. A pretensão de Thomas Nagel, apesar de ser, justamente, a de retirar o foco de um “eu interior”, e transferi-lo para uma objetividade, ainda assim aproxima-se do modelo kantiano, conforme se tenta demonstrar neste ensaio. Resta pensar se, ainda esta objetividade pretendida em termos éticos, não é apenas uma perspectiva “objetivista”, e não a objetividade em si mesma. Ao tentar afastar-se da subjetividade em prol de uma visão objetiva, Nagel se coloca em um kantianismo às avessas, haja vista que foi, pois, a pretensão de Kant, fundamentar a ação em algo tão universal quanto impessoal e, portanto, livre de influências contingenciais: a razão.

Esta imparcialidade pretendida, em Kant adquirida através da razão, e em Nagel advinda do proposto eu objetivo, acaba por estar sujeita a recair no mais absoluto dogmatismo, e o dogmatismo é nada mais do que uma visão, portanto subjetiva como toda a visão, que tenta se impor sobre as demais.<sup>1</sup> É isto que ambos tentam afastar no que tange à fundamentação da ética, na medida em que Kant separa o eu transcendental do eu empírico para defender uma liberdade universal que de origem à ética; e, Nagel, por sua vez, separa o eu objetivo do eu subjetivo, no mesmo intuito. Trata-se de tentar afastar da esfera ética as inclinações pessoais humanas, advindas de contingências como a cultura, a origem genética, a crença religiosa, etc.

Afinal, Tudo poderia ser justificado como objetivo, assim como qualquer ação pode ser justificada como “racional”, nos moldes kantianos universais. Em suma, todas as pretensões de imparcialidade, de impessoalidade, pareceram ter mesmo resultado na imposição de um ponto de vista, o qual pretendeu ser universal. Todas essas tentativas correm riscos de resultar num dogmatismo mascarado, numa imposição de perspectiva escondida sob as vestes de verdade. A universalização parece anular a singularidade, a objetivação, por sua vez, parece tentar reprimir a subjetividade. Resta identificar o que se pode extrair de ambas as teorias para fins de formular uma concepção sobre ética, e sobre liberdade.

---

<sup>1</sup> Nietzsche aborda o tema da moral, ou se se quiser entender o tema da (anti)moral em muitas de suas obras, principalmente em *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*, *O Anti-cristo*, *Sobre verdade e mentira no sentido extramoral* e *Crepúsculo dos Ídolos*. Apenas para referir um trecho de uma delas: NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Crepúsculo dos ídolos, ou, Como se filosofa com o martelo*. Lisboa: 70, 1988, ps., 37-43.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 103-122
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

**A liberdade em Kant: o ser racional enquanto coisa em si**

Kant, na *Crítica da razão prática*, divide o conceito de causalidade da seguinte forma: causalidade enquanto necessidade natural e causalidade enquanto liberdade. Neste sentido, o ser racional é tido como coisa em si mesma, o que lhe confere liberdade, e também como fenômeno, este último estando sujeito ao que se pode chamar de condições “espaço-temporais”. Tal condição de fenômeno, por sua vez, não está ligada à liberdade em seu sentido “absoluto”, mas sim à necessidade natural. Outra distinção é extremamente pertinente, nestes termos, qual seja ela, a de liberdade psicológica e de liberdade transcendental. A liberdade psicológica, para Kant, é aquela que é determinada pela causalidade enquanto necessidade natural; é a liberdade do ser racional enquanto fenômeno sujeito às condições de tempo e espaço. A liberdade transcendental, por sua vez, é aquela independente de todo o elemento empírico, independente das condições “espaço-temporais”, é a liberdade do ser racional enquanto coisa em si, ou enquanto eu transcendental. Este seria o sentido de uma liberdade que se poderia denominar absoluta.<sup>2</sup> A lei moral só é possível assim, para Kant, de modo apriorístico, devido a esta liberdade transcendental ou também denominada aqui de absoluta.

Segundo Kant, diferentemente da razão pura em seu uso teórico, a razão pura prática não se ocupa de objetos para conhecê-los, mas sim da sua própria faculdade de conhecer, ocupa-se com uma vontade que é uma causalidade. O conceito de causalidade implica a reverência a uma lei que determina a relação de múltiplos elementos entre si, e uma crítica analítica da razão prática deve começar, assim, pela possibilidade de princípios práticos *a priori*. Deste modo, apenas daí em diante se pode passar aos conceitos dos objetos de uma razão prática, isto é, aos conceitos do absolutamente bom e do absolutamente mau. Estes conceitos se podem dar a partir dos princípios práticos *a priori*, e não antes por nenhuma faculdade de conhecer. Só depois disso se pode também tratar da relação que a razão pura prática estabeleceu com a sensibilidade, bem como da influência que a razão prática deve exercer sobre as inclinações sensíveis.

A razão pura teórica é capaz, em Kant, de produzir juízos sintéticos *a priori*, isto é, é capaz de produzir uma síntese, algo novo, a partir dos dados empíricos, na medida em que tal síntese não é determinada pelo empírico, e por isto mantém sua característica apriorística. Deste modo, Kant tenta também fundamentar sua lei moral aprioristicamente, isto é, originá-la na razão em seu uso prático, em outras palavras, tenta justificar como pode a razão determinar a vontade, de forma *a priori*, sem determinismos que lhes sejam exteriores. Assim sendo, agir de modo autônomo significa agir de acordo com a lei moral, mesmo diante das inclinações sensíveis, e nisto reside o mérito moral. Este

<sup>2</sup> Note-se que Kant não utiliza, em sua obra o termo “Liberdade absoluta”, tal expressão é aqui utilizada para enfatizar a liberdade que não é determinada pela necessidade natural.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 103-122
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

Considerações sobre o sentido de liberdade e sua relação com a ética: paralelos entre as filosofias de Emmanuel Kant e Thomas Nagel

agir moral, por sua vez, produz o sentimento intelectual do respeito. De tal forma, sentimentos sensíveis como os do prazer ou da dor não devem ser tidos como princípios do agir moral, pois o empírico não deve determinar o agir moral, mas sim a razão:

A heterogeneidade dos princípios determinantes (empíricos e racionais) faz-se conhecer a esta resistência de uma razão praticamente legisladora contra toda a inclinação, que vem imiscuir-se, por uma espécie peculiar de *sensação* que, no entanto, produzida por ela só, como uma coerção, a saber, pelo sentimento de um respeito que nenhum homem tem por inclinações, sejam elas quais forem, mas sim pela lei; e faz-se conhecer de modo tão elevado e notável que nenhum entendimento humano, mesmo o mais comum, não poderia deixar de se aperceber instantaneamente, num exemplo proposto, que é possível exortá-lo, mediante princípios empíricos do querer, a seguir os seus incentivos, mas jamais exigir que *obedeça* a alguma outra lei a não ser à simples lei pura prática da razão.<sup>3</sup>

Para Kant, no que tange à felicidade, os princípios empíricos constituem o fundamento do agir, entretanto, na esfera da moralidade, nem a menor intervenção de tais princípios empíricos deve registrar-se. Neste sentido, talvez não se deva entender que os princípios empíricos não influenciam a vontade moral, mas que eles não devem determiná-la. Há de haver uma diferenciação entre influencia e determinação, pois que, se não houvesse, justamente, a influencia dos princípios empíricos e a possibilidade de escolha entre agirmos segundo a tendência sensível e a lei moral, não haveria mérito moral, nem mesmo a faculdade para agir de acordo com a lei moral, que constitui a autonomia, e, nem mesmo, o sentimento intelectual proveniente da opção pela lei moral. Kant fala em liberdade na causalidade de sua vontade, de modo que “[...] *se poderia definir a liberdade prática pela independência da vontade relativamente a toda a lei diferente da lei moral*”<sup>4</sup>. Daí se entende que somos livres na medida em que agimos de acordo com a lei moral, isto é, na medida em que não nos deixamos levar pela influência das paixões. Não há liberdade quando o que determina a vontade são causas exteriores à razão, pois, se o que determinasse a vontade fosse algo externo, estaríamos falando de heteronomia, e não de uma vontade autônoma. Se não houvesse a possibilidade de agirmos de acordo com as paixões, não haveria mérito moral. O imperativo categórico se aplica, portanto, a seres que possuem a dualidade racionalidade/sensibilidade. Uma vontade exclusivamente racional, que não sofre influencia das paixões, não necessita, segundo Kant, do imperativo categórico na medida em que age, necessariamente, da mesma forma, sem possibilidade de escolha. Esta seria uma vontade necessária.

Esta *distinção*, porém, do princípio da felicidade relativamente ao princípio da moralidade nem por isso é uma *oposição* entre ambos, e a razão pura prática não

<sup>3</sup> KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. [S.l.]: 70, 1989, p. 107/108.

<sup>4</sup> KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. [S.l.]: 70, 1989, p. 109.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 103-122
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

Considerações sobre o sentido de liberdade e sua relação com a ética: paralelos entre as filosofias de Emmanuel Kant e Thomas Nagel

quer que se renuncie forçosamente à pretensão à felicidade, mas apenas que *não se tome em consideração*, quando se fala de dever. Sob certos aspectos, pode ser mesmo um dever preocupar-se com a sua felicidade; em parte, porque ela (compreendendo a habilidade, a saúde, a riqueza) contém meios para o cumprimento do dever, e em parte, porque a carência da felicidade (por exemplo, a pobreza) encerra a tentação de violar o dever. Só que o fomento da própria felicidade nunca pode constituir imediatamente um dever, e menos ainda um princípio de todo o dever. Ora, visto que todos os princípios determinantes da vontade, com exceção apenas da lei pura prática da razão (a lei moral), são todos empíricos, como tais dependentes, portanto, do princípio da felicidade, devem, no seu conjunto ser separados do princípio moral supremo e nunca nele ser incorporados como condição, porque isso suprimiria assim todo o valor moral [...].<sup>5</sup>

Kant afirma que não se pode unir a causalidade como necessidade natural com a causalidade enquanto liberdade, isto porque uma se opõe a outra. Kant coloca que nem toda a causa advém da liberdade, pois existem causas naturais, nas quais não temos o poder de autodeterminação:

Mas o mesmo sujeito que, por um lado, é consciente de si mesmo enquanto coisa em si, considera igualmente a sua existência, *na medida em que não se encontra sob condições temporais*, e a si próprio como determináveis unicamente por leis que ele se dá a si mesmo por intermédio da razão; e nesta sua existência, nada precede a toda a determinação da sua vontade [...].<sup>6</sup>

Para Kant, quando se trata da causalidade natural, não há liberdade, porque há uma relação de necessidade com o fato que ocorreu num momento anterior, alheio ao poder de escolha. Neste sentido, ele dá o exemplo da existência, que é uma causalidade como necessidade natural, na medida em que não escolhemos existir, é uma causalidade, de certa forma, externa.

Sobre a causalidade como necessidade natural, Kant afirma:

Pois, em cada momento estou sempre ainda sob a necessidade de ser determinado a agir por aquilo *que não está em meu poder*, e a série infinita *a parte priori* dos eventos, que eu sempre apenas continuaria, segundo uma ordem já predeterminada, e jamais iniciaria por mim mesmo, seria uma cadeia natural incessante e, portanto, a minha causalidade jamais seria liberdade.<sup>7</sup>

Desta feita, a liberdade de um ser que existe no tempo, sob o ponto de vista da causalidade como necessidade, não seria total. As coisas em si só poderiam, por isto, serem percebidas enquanto pertencentes à temporalidade, isto é, enquanto fenômenos. Ao querer-se, portanto, salvar a liberdade deste ser em termos kantianos, só se poderia fazê-lo ao se considerar “a coisa” como coisa em si mesma. Ao considerar-se algo enquanto fenômeno, isto é, enquanto sujeito às condições do tempo, e,

<sup>5</sup> KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. [S.l.]: 70, 1989, p. 108/109.

<sup>6</sup> KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. [S.l.]: 70, 1989, p. 113.

<sup>7</sup> KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. [S.l.]: 70, 1989, p.110.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 103-122
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

Considerações sobre o sentido de liberdade e sua relação com a ética: paralelos entre as filosofias de Emmanuel Kant e Thomas Nagel

portanto, como determinada pela causalidade necessária natural, não haveria como considerar que tal fenômeno possuísse liberdade.

Quanto à possibilidade da vontade humana ser determinada por causas necessárias naturais, Kant a rejeita, de forma veemente, sob pena de não poder haver responsabilização dos atos:

Quando, a propósito de um homem que comete um furto, digo que esta ação é, segundo a lei natural da causalidade, uma consequência necessária a partir dos princípios determinantes do tempo que a precedeu, era então impossível que ela pudesse omitir-se; como pode, pois, o juízo em conformidade com a lei moral operar aqui uma mudança e pressupor que a ação teria podido omitir-se porque a lei diz que ela teria mesmo de não cumprir-se, isto é, como pode chamar-se inteiramente livre aquele que, no mesmo momento em relação à mesma ação, se encontra no entanto submetido a uma necessidade natural inevitável?<sup>8</sup>

Kant coloca então a liberdade psicológica como sendo aquela que não pode dominar as consequências do encadeamento temporal, e a liberdade transcendental como sendo aquela que deve ser independente de todo o elemento empírico, alheia à natureza em geral, ou ainda, como existente, de uma só vez, no espaço e no tempo. Seria a liberdade que se pode denominar absoluta:

[...] sem tal liberdade (no último significado genuíno), que é a única prática *a priori*, não é possível nenhuma lei moral, nenhuma imputação a ela conforme. Precisamente por isso, pode também chamar-se toda a necessidade dos eventos no tempo, segundo a lei natural da causalidade, o *mecanismo* da natureza [...].<sup>9</sup>

A liberdade absoluta seria, então, aquela que considera o ser humano enquanto coisa em si, e não enquanto fenômeno, este último condicionado às condições espaço-temporais, preso a um determinismo irreduzível.

Um homem pode subutilizar, tanto quanto quiser, afim de representar uma conduta contrária à lei, de que ele se recorda, como uma inadvertência não premeditada, como simples negligências que jamais se pode de todo evitar, por conseguinte, como algo a que foi arrastado pela corrente da necessidade natural, e para assim se declarar isento de falta, descobrirá no entanto que o advogado, que em seu favor fala, de nenhum modo pode nele reduzir ao silêncio o acusador, se estiver consciente de que no tempo em que cometeu a injustiça, estava apenas no seu juízo, isto é, estava no uso de sua liberdade; e, apesar de todo isso, *explica* para si a sua falta por um certo hábito mau, contraído pela negligência gradual em velar sobre si mesmo, até o ponto de a poder considerar como uma consequência natural desse mesmo hábito, sem que isso porém o possa salvar da auto-censura e da repreensão que a si mesmo se faz. [...] relativamente àquilo que apenas pode concernir à lei moral, depende da espontaneidade do sujeito como coisa em si, de cuja

<sup>8</sup> KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. [S.l.]: 70, 1989, p. 111.

<sup>9</sup> KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. [S.l.]: 70, 1989, p. 112.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 103-122
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

Considerações sobre o sentido de liberdade e sua relação com a ética: paralelos entre as filosofias de Emmanuel Kant e Thomas Nagel

determinação não é possível fornecer explicação física alguma. Na ausência desta intuição, a lei moral assegura-nos esta distinção entre a relação das nossas ações, enquanto fenômenos, à natureza sensível do nosso sujeito, e aquela pela qual esta própria natureza sensível se refere ao substrato inteligível em nós.<sup>10</sup>

O empírico, portanto, não deve, na filosofia kantiana, determinar a vontade na esfera moral, devido à liberdade transcendental. É justamente a liberdade que justifica a possibilidade de responsabilização do sujeito por atos contrários a razão, porque há a possibilidade de escolha de não render-se às influências advindas do empírico.

Resta ainda, no entanto, uma dificuldade a propósito da liberdade enquanto ela deve unir-se ao mecanismo da natureza num ser que faz parte do mundo sensível. Uma dificuldade que, mesmo depois de se ter concedido tudo o que precede, ameaça não obstante a liberdade com a sua total ruína. [...] Na realidade, se as ações do homem, enquanto pertencem às suas determinações no tempo, não fossem simples determinações dele mesmo como fenômeno, mas como coisa em si, a liberdade não poderia salvar-se.<sup>11</sup>

Importante ressaltar que, para Kant, o mérito moral reside, justamente, na possibilidade de agir de modo contrário à razão, isto é, de modo contrário à lei moral. Para Kant, o sujeito só é livre quando dá a si mesmo a lei moral através da razão, e, assim sendo, não há liberdade quando o mesmo age impulsionado por inclinações pessoais. Haveria, neste último caso, heteronomia, e não autonomia. O imperativo categórico constitui-se assim em uma preposição sintética prática *a priori*. Isto significa que, para Kant, deve a razão determinar a vontade de forma apriorística. Não se poderia, por este motivo, buscar a lei moral na experiência, haja vista que a experiência concede apenas o trivial, não o universal.

[...] em relação *ao nosso próprio sujeito*, na medida em que ele se reconhece, *por um lado*, determinado mediante a lei moral, como ser inteligível (em virtude da liberdade) e, *por outro*, como ativo no mundo sensível segundo esta determinação. O conceito de liberdade somente permite que não temos que sair de nós afim de encontrar o incondicionado e o inteligível para o condicionado e o sensível. Com efeito, é a nossa própria razão que, pela lei prática suprema e incondicionada, se conhece a si mesma e ao ser que é consciente desta lei (a nossa própria pessoa), como pertencente ao puro mundo do entendimento e, claro está, com a designação da maneira como ele pode ser ativo enquanto tal. Assim se pode compreender porque é que, em toda a faculdade da razão, *somente a faculdade prática* consegue ser aquela que nos eleva por cima do mundo sensível e nos procura conhecimentos de uma ordem e de uma conexão suprasensíveis, às quais, porém, justamente por isso, só podem estender-se até onde é exatamente necessário ao puro fim prático.<sup>12</sup>

<sup>10</sup> KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. [S.l.] : 70, 1989, p. 113 - 115.

<sup>11</sup> KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. [S.l.] : 70, 1989, p. 115/116.

<sup>12</sup> KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. [S.l.] : 70, 1989, p. 121.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 103-122
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

Kant pretende demonstrar que a razão pura pode ser prática na medida em que determina a vontade, bem como, que a razão é incondicionalmente prática para determinar a vontade. As inclinações pessoais, neste sentido, não deveriam exercer influências, pois haveria uma causalidade por liberdade. Entretanto, entende-se que haveria uma diferença entre determinação e influência para determinar a vontade. A razão poderia ser influenciada pelas paixões, mas deveria ser *determinada* pela razão, pois, se a vontade fosse, necessariamente, determinada pela razão, não haveria valor moral. Há, para Kant, valor moral quando a razão se contrapõe às paixões influenciadoras da vontade. A razão só pode tirar de si mesma o princípio de determinação da vontade.

### A liberdade em Nagel: a visão objetiva do eu

Thomas Nagel, no capítulo VII de sua obra intitulada *Visão a partir de lugar nenhum*, resolve enfrentar o tema da liberdade, bem como no que tange à relação entre objetividade e ação. Apesar de Nagel admitir a dificuldade repousante na possibilidade de abstenção de um ponto de vista parcial, sua tentativa continua sendo a de maior objetivação do mundo possível. Nagel tenta, por assim dizer, compreender a realidade no intuito de se desvencilhar das amarras da subjetividade, mesmo que isso não seja, provavelmente, possível por completo, ao menos em nosso atual desenvolvimento científico. Ao enfrentar a temática referente à liberdade, o objetivo deste filósofo se torna ainda mais difícil de ser alcançado em sua concretude, mesmo porque, já no primeiro parágrafo do referido capítulo, o autor explica que a questão da liberdade acabará por resultar em considerações sobre a ética. Nas palavras de Nagel:

Acontece uma coisa peculiar quando vemos a ação de um ponto de vista objetivo ou externo. Sob o olhar objetivo, algumas de suas características mais importantes parecem evaporar-se. Parece que já não é possível atribuir a origem das ações a agentes individuais; em vez disso, elas se convertem em componentes do fluxo de eventos no mundo do qual o agente é parte. [...] A visão interna do agente se rebela contra esse juízo. [...] Parece não haver espaço para a agência num mundo de impulsos neurais, reações químicas e movimentos de ossos e músculos. Mesmo que acrescentemos a isso as sensações, as percepções e os sentimentos, não obtemos a ação ou o fazer – há somente o que acontece.<sup>13</sup>

No início de sua exposição, Nagel propõe a tentativa de considerar a ação humana sob um ponto de vista objetivo ou externo, e afirma que, ao adotarmos tal “perspectiva objetivista”, as principais características da ação parecem desaparecer. Para Nagel, o senso comum, em geral, crê que

---

<sup>13</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 183/184.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 103-122
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

a característica preponderante de uma ação seja a sua motivação, o que advém de uma inclinação interna de alguma subjetividade. Assim, qualquer motivo a ensejar uma ação parece partir, necessariamente, de uma subjetividade. Eis um dos grandes problemas que se depara com a teoria exposta por Nagel, o qual coloca que se pudéssemos adotar a perspectiva externa por completo, deixaríamos de encarar o mundo para nos tornar parte dele.

Para Nagel, a ação é ambiciosa demais. “*A sensação de que somos os autores de nossas próprias ações não é apenas um sentimento, mas uma crença, e não podemos considerá-la mera aparência sem renunciar meramente a ela.*”<sup>14</sup> As considerações que se tecem ao longo de seu capítulo sobre a liberdade se desvelam ainda mais desafiantes: se não somos agentes absolutos de ações, se não há uma subjetividade a determinar o conteúdo da ação, como responsabilizar alguém por seus atos? Como haver liberdade na ausência da subjetividade?

Pode-se então inferir, desta forma, que restringindo os motivos subjetivos das ações estar-se-ia também restringindo a própria liberdade do sujeito. Entretanto, o pensamento de Thomas Nagel é justamente no sentido oposto: para ele, é ao atingir-se um maior grau de objetividade sobre nossas ações que se atinge uma maior liberdade. Sendo assim, a liberdade estaria muito mais ligada, para Nagel, à capacidade de assumir-se um ponto de vista objetivo do que propriamente à subjetividade de cada um. Pode-se ainda ousar dizer que Nagel tenta filosofar às avessas de Husserl, o qual tenta fundamentar a filosofia como sendo uma ciência de rigor, e para isto, busca por um fundamento que lhe possa servir como evidência apodíctica, qual seja ela, a idealidade, ou ainda, a experiência consciente, sem negar com isso a possibilidade do mundo real.<sup>15</sup>

A ciência, mesmo que seus resultados não sejam estanques, não abandona a pretensão de conhecer a verdade, e é neste sentido que Thomas Nagel pretende fazer filosofia, isto é, de forma analítica, como se fosse ciência. Porém, a filosofia já demonstrou ser muito mais do que isto, seus limites vão muito além de pretender conhecer *a verdade*, pois faz parte da tarefa filosófica colocar, inclusive, tal pretensão sob crivo de juízo.

O grande propósito filosófico de Nagel diz respeito a superar a própria perspectiva subjetiva. Voltando a atenção para a questão tratada anteriormente, Nagel reconhece o “problema metafísico

---

<sup>14</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 190.

<sup>15</sup> A abordagem filosófica fenomenológica, inaugurada por Edmund Husserl aponta, grosso modo, que a mente humana acessa a representação dos objetos, mas que não pode apreender a realidade em si própria. Deste modo, convém esclarecer que não se trata da negação do mundo exterior ou objetivo, mas de ressaltar a intencionalidade da consciência humana em captar representações da realidade. Não se trata, também, de um solipcismo na medida em que Husserl propõe a intersubjetividade como possibilidade de solução deste problema, mas não deixa de ser uma filosofia da consciência. Conferir em: HUSSERL, Edmund. *Ideas relativas a uma fenomenologia pura y una filosofía fenomenológica*. 2. ed. México, D.F., 1995; HUSSERL, Edmund. *Meditações cartesianas: introdução à fenomenologia*. Porto: Rés, 1980.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 103-122
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

geral da natureza da agência”, como ele mesmo coloca em suas palavras.<sup>16</sup> Porém, o mesmo opta por deixar de lado esta questão por pertencer à filosofia da mente.

Quanto ao problema da ação, ou de como classificá-la, Nagel descreve-a como possuidora de uma característica psicofísica, não podendo ser a mesma reduzida à apenas termos físicos, ou à, tão somente, termos mentais. Tratando-se da categoria da ação, mesmo sabendo que esta cabe aos sujeitos da experiência, permanece o problema da liberdade, isto é, não parece haver como derivar a liberdade da ação, o que significa que, ao agirmos, não estaríamos sendo, necessariamente, livres. Mesmo que acreditemos estarmos agindo de modo livre, tal sensação, nas palavras do autor, não mina, de forma automática, a agência, pois há, segundo ele, um agir objetivo.

A questão colocada acerca do alcance de uma maior objetividade acarreta, principalmente, uma ameaça a percepção da autonomia que os sujeitos possuem de si mesmos, o que Nagel chama de autonomia propriamente dita, bem como a autonomia dos demais sujeitos, a qual é chamada pelo mesmo de responsabilidade.<sup>17</sup> Ambas as autonomias estariam ligadas à liberdade humana e ao livre arbítrio. Tal constatação provém do fato de que uma visão mais “objetivista” do mundo poderia sugerir a idéia da existência de um fluxo universal que carrega todos os entes, não havendo espaço para qualquer decisão ou arbítrio humano, que venha a alterar o curso dos acontecimentos. Por conseguinte, pode-se concluir, num primeiro momento, que se estaria diante de um ceticismo em termos éticos, na ausência de alguma possibilidade de juízo, neste sentido, sobre as ações e, portanto, também não haveria forma alguma de responsabilização que acarretasse sanção aos atos humanos.

Porém, Thomas Nagel afirma que a intenção de sua obra não é, propriamente, a de investigar a real capacidade de autonomia humana em suas possibilidades, mas sim causar uma reflexão radical quanto uma espécie de “prepotência” humana no que se refere ao tema da autonomia. Nagel pretende, com isto, causar o impacto da possibilidade de que talvez não somos, nós humanos, tão autônomos quanto imaginamos ser, durante toda a nossa trajetória histórica. Pode-se entender que Thomas Nagel estaria a propor uma espécie de determinismo, do qual não somos capazes de nos desvencilhar. Resta saber se sobraria alguma parcela de liberdade humana como fator capaz de propiciar mudanças no mundo fático. Mas, como já fora dito, não seria tal resposta tão relevante quanto à própria dúvida semeada acerca de tal temática.

Trata-se de saber se estamos diante de um fluxo já determinado, ou se há a possibilidade de escolha dos atos, e ainda, se tal escolha pode ser total ou apenas pode dar-se, de modo parcial, já determinada, de alguma forma, pelo próprio fluxo objetivo.

<sup>16</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 184.

<sup>17</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 185.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 103-122
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

Considerações sobre o sentido de liberdade e sua relação com a ética: paralelos entre as filosofias de Emmanuel Kant e Thomas Nagel

Nagel, de certa maneira, abstém-se sobre a questão do livre arbítrio, afirmando que até o presente momento filosófico não houve uma tese merecedora de atenção sobre o assunto. Neste sentido sugere também, que sua teoria não é suficientemente capaz de dar conta deste problema filosófico, pois parece sempre beirar as margens de uma espécie de determinismo. Resta entender, em sua proposta teórica, qual a parcela possível de responsabilidade que podem assumir os indivíduos nesta grande teia de acontecimentos “imparciais”.

Quando Thomas Nagel adentra no terreno da liberdade, surge a dúvida acerca da parcela participativa da mesma nas ações humanas, ou mesmo, da possibilidade de sua total inexistência. Há que se saber qual a parcela de autonomia que cabe ao ser humano, diante de uma pré-determinação da qual não se pode recuar. Trata-se da investigação da ação humana enquanto resultado deste cálculo, em termos de escolha.

Nagel propõe a remota possibilidade desta visão imparcial e fora de nosso contexto, na qual, em suas palavras:

[...] deixamos de encarar o mundo para nos tornar parte dele; nós e nossas vidas são vistos como produtos e manifestações do mundo como um todo. Tudo o que faço ou alguém faz está inserido num curso mais amplo de eventos que ninguém “faz”, mas que acontece, com ou sem explicação. Tudo o que faço é parte de algo que não faço, pois sou parte do mundo.<sup>18</sup>

Esta possibilidade é ameaçadora, como coloca o autor. Se também não houvesse qualquer tipo de autonomia no ato de escolha, se tudo derivasse da determinação incontrolável do que simplesmente, acontece, mesmo em se tratando de motivações internas, não se poderia falar em responsabilização dos atos, e não há como, levando-se ao extremo a tese apresentada, não recair-se em uma teoria determinista, neste sentido.

Thomas Nagel afirma que, para que a teoria “objetivista” tenha efetividade, é necessário o entendimento de que todo o acontecimento possui uma explicação unicamente causal. Assim, haveria uma relação de necessidade entre a ocorrência e seus acontecimentos anteriores, ou, ao menos, entre estes últimos e uma rede de possibilidades na qual a ocorrência, de fato, estaria inserida. Assim escreve Nagel:

A representação objetiva do mundo não guarda espaço para um tipo de explicação da ação que não seja causal. A defesa da liberdade requer que se reconheça um tipo de explicação diferente, essencialmente vinculado ao ponto de vista do agente.<sup>19</sup>

<sup>18</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 189.

<sup>19</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 191.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 103-122
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

De tal sorte, restaria a indagação sobre a influência das causas psicológicas dos agentes nos acontecimentos, pois mesmo que estas sejam causas também causadas por acontecimentos externos ao sujeito, não deixam as causas psicológicas de serem, também, causas. Mesmo assim, Nagel parece dar conta disto quando admite que talvez a relação de causa e efeito não seja necessária, mas que o acontecimento se dê dentro de uma margem de efeitos possíveis, determinados pelo que ocorreu no passado.

De fato, como bem observa Nagel, para uma ação ser considerada livre, não deveria esta ser determinada, de nenhum modo, por elementos a ela antecedentes.<sup>20</sup> Ao tomar-se este sentido radical de liberdade de ação, não há como considerar qualquer ato autônomo, ou mesmo, livre por completo, posto que o sujeito que age já está, de alguma forma, determinado por sua cultura, sua origem genética, seu gênero, sua educação, etc.

Quanto à autonomia, a princípio, costuma-se crer que uma ação livre não deveria ser determinada por condições antecedentes, e sua explicação deveria ser totalmente intencional. Entretanto, Nagel coloca que a explicação para o que acontece é causal. Mesmo ao acreditar-se ser certa escolha uma escolha autônoma, o que se escolhe já é delimitado, isto é, escolhe-se algo dentre as opções que se tem, e não de uma forma absolutamente livre.

*“Quando aumentamos nossa objetividade e autoconsciência, temos a impressão de adquirir um controle maior sobre o que influenciara nossas ações e, dessa forma, de tomar nossas vidas em nossas próprias mãos.”*<sup>21</sup> Este é o outro sentido de liberdade proposto por Nagel, totalmente inverso ao conceito que poderíamos chamar de tradicional.

Por mais objetivo que seja um ponto de vista que consigamos incorporar à base de nossas ações e crenças, continuamos a ser ameaçados pela idéia de uma visão ainda mais externa e abrangente de nós mesmos que não podemos absorver, mas que revelaria as fontes não-escolhidas de nossos esforços mais autônomos. A objetividade que parece oferecer maior controle também revela que o eu é, essencialmente, algo dado.<sup>22</sup>

Nagel observa, porém, que o processo de objetivação e de “saída” da subjetividade, ao mesmo tempo em que parece promover a liberdade na medida em que se adquire um maior controle sobre as causas da ação, parece também aniquilar a própria liberdade, justamente porque revela nossa impossibilidade de atuar. Segundo Nagel, no final do caminho que parece levar à liberdade e ao

---

<sup>20</sup> No sentido de autonomia pretendido por Kant, a lei moral, ao ser determinada exclusivamente pela razão, não viria por considerar qualquer influência contingente neste processo, fosse ela histórica, cultural, ou de qualquer outra natureza externa à própria razão.

<sup>21</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 196.

<sup>22</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 197.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 103-122
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

conhecimento, que seria o processo de objetivação, encontramos o ceticismo em relação à autonomia, e mesmo a impotência. “*Só podemos agir estando dentro do mundo, mas, quando nos vemos de fora, a autonomia que experimentamos internamente parece uma ilusão, e nós que observamos de fora não podemos agir de forma alguma.*”<sup>23</sup>

No que tange à responsabilidade, Thomas Nagel a encara como problema insolúvel diante de sua tese, ou ao menos permanecendo sem solução, por razões semelhantes ao problema da autonomia. Se tudo é determinado pela causalidade, como atribuir a alguém responsabilidade? Se não há ponto de vista interno, como responsabilizar alguém por seus atos? Nagel afirma que os juízos de responsabilidade sobre os atos dos agentes ocorrem quando fazemos uma comparação interna conosco mesmos, isto é, nos colocamos no lugar do agente e diante das possibilidades que este possui para agir e, deste modo, julgamos sua ação. Mas se adotarmos o ponto de vista objetivo o ato de julgar complica-se.

As alternativas que ele talvez acredite estar à sua disposição constituem, desse ponto de vista, apenas rumos alternativos que o mundo poderia ter tomado. O fato de que o que não ocorreu teria sido melhor ou pior do que o ocorrido não serve para apoiar um juízo interno de responsabilidade acerca de um ser humano mais do que serviria para apoiá-lo no caso de uma cascavel. [...] Uma vez que estamos nessa posição externa, nenhuma coisa relativa à explicação intencional da ação terá utilidade. De duas uma: ou alguma outra coisa, afora as razões do agente, explica por que ele agiu pelas razões que agiu, ou nada explica. Nos dois casos, o ponto de vista externo vê as alternativas não como alternativas para o agente, mas como alternativas para o mundo, o que inclui o agente. E o mundo, é claro, não é um agente e não pode ser considerado responsável.<sup>24</sup>

Nagel assume que, ao mesmo tempo em que parece impossível evitar o pensamento de que nossas ações partem de nós mesmos, sob o ponto de vista externo, nos sentimos enredados e impotentes diante do que acontece de forma independente de nós. Nossos sentimentos, os quais pertencem ao nosso ponto de vista interno, são grandes empecilhos para o alcance deste distanciamento objetivo, a exemplo do sentimento de indignação diante do assassinato de uma pessoa inocente, o que não nos permite encarar a conduta do agente tão somente como um “ocorrido”.

Thomas Nagel compara sua teoria com as idéias propostas por Strawson. Para este último, no que tange à epistemologia:

A justificação e a crítica só fazem sentido dentro do sistema: a justificação do sistema a partir de fora é desnecessária; portanto, a crítica de fora é impossível. [...]

---

<sup>23</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 199.

<sup>24</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 203/204.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 103-122
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

Considerações sobre o sentido de liberdade e sua relação com a ética: paralelos entre as filosofias de Emmanuel Kant e Thomas Nagel

Considero essa posição incorreta, pois não há como evitar o deslize da crítica interna para a externa uma vez que sejamos capazes de uma visão externa.<sup>25</sup>

Para Nagel, deixamos de nos ressentir com o que alguém fez se deixamos de ver as alternativas como alternativas que este alguém teve, mas como uma espécie de determinismo inevitável.

Nagel tenta descrever uma reconciliação entre o ponto de vista objetivo e a perspectiva interna da agência, a qual, segundo ele, reduz o distanciamento radical produzido pela contemplação inicial de nós mesmos como criaturas no mundo. Esta tentativa seria algo como “[...] *uma harmonia limitada entre o externo e o interno, à sombra de uma visão ainda mais externa.*”<sup>26</sup> Segundo Nagel:

Não podemos agir a partir de fora de nós mesmos, nem nos criar ex nihilo. Mas o impulso a essa meta logicamente impossível também nos empurra para outra coisa, que não é logicamente impossível e pode, até certo ponto, abrandar em alguma medida o impulso original, de modo que possamos alcançá-la. Queremos estabelecer, tanto quanto possível, a ligação entre a visão externa que temos de nós mesmos e nossas ações. Precisamos aprender a agir de um ponto de vista objetivo e também a ver-nos de um ponto de vista objetivo.<sup>27</sup>

É quando Nagel tenta falar do que chama de “ponto cego”, que sua pretensão de conciliar o ponto de vista objetivo com a perspectiva interna da agência atinge sua concretude. Sendo assim, Nagel ousadamente tenta encontrar uma harmonia, mesmo que limitada, entre a perspectiva externa e a interna, mas mesmo assim, priorizando, ainda, o eu objetivo, ou a perspectiva externa. Ainda assim, tenta salvar algo que possa se denominar liberdade.

A respeito da visão objetiva de nós mesmos, Nagel afirma:

Essa autovigilância objetiva, no entanto, será inevitavelmente incompleta, pois, se há algo a ser conhecido, algum conhecedor deverá permanecer por trás das lentes. Além disso, cada um de nós sabe disto – sabe que algumas das fontes de suas ações não são objeto de sua atenção e escolha. A visão objetiva de nós mesmos inclui tanto o que sabemos e queremos usar como o que sabemos que não sabemos e, portanto, sabemos que não podemos usar.<sup>28</sup>

A proposta de uma visão objetiva de nós mesmos não é, ou ao menos não tenta ser, ingênua. Thomas Nagel chama isto de visão objetiva incompleta. De tal maneira, a visão objetiva de nós mesmos quando agimos levaria em consideração este ponto cego. “*A visão incompleta de nós mesmos*

<sup>25</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 207.

<sup>26</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 210.

<sup>27</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 210.

<sup>28</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 211.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 103-122
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

*no mundo inclui um extenso ponto cego por trás de nossos olhos que, por assim dizer, esconde algo que não podemos levar em conta na ação, pois é o que age.”<sup>29</sup>*

Parece que, para Nagel, a liberdade seria a capacidade de sair totalmente da subjetividade, ou transcende-la, o que não é possível por completo, devido ao que chama de ponto cego. Nagel sugere que o *eu* encontra-se no centro deste ponto cego, isto é, a perspectiva da qual não podemos nos desvencilhar, sob pena de que, ao assumirmos uma objetividade completa, não haverá, sequer, perspectiva da qual possamos olhar-nos a nós mesmos. Mesmo assim, haveríamos de tentar ser o mais objetivos quanto fosse possível, e este distanciamento da subjetividade ao máximo, segundo Nagel, pertence, curiosa e justamente, ao autoconhecimento.

[...] o processo de ampliar a objetividade jamais se completará, jamais alcançará a onisciência. Em primeiro lugar, porque cada visão objetiva conterà um ponto cego e não poderá abranger tudo o que diz respeito ao próprio observador. Mas, além disso, não haverá um ponto-limite além do qual seja impossível prosseguir. Isso porque cada passo rumo a um novo ponto de vista objetivo, embora permita observar mais aspectos do eu, também agrega as dimensões do observador algo mais que não é imediatamente observado.<sup>30</sup>

Entretanto é, para Nagel, a visão mais objetiva de nossas ações que nos permite uma maior liberdade e que deve ser, justamente, a base de nossos atos, porque a liberdade derivaria deste autoconhecimento advindo do distanciamento da subjetividade.

Os animais, para Nagel, não teriam a capacidade de ter essa visão objetiva de si mesmos, isto é, de verem-se, a si mesmos, realizando algo. Logo, não poderiam ter autoconhecimento, nem sequer liberdade. Aos animais só restaria, a perspectiva interna:

Na verdade, porém, ao contrário do gato, podemos conceber a idéia de que haja visões de nós mesmos mais objetivas que as que somos capazes de obter e podemos fazer que nosso distanciamento ou envolvimento dependa de nossas suposições acerca do que tais visões revelariam. [...] Tal estratégia – de tolerância objetiva em vez de afirmação objetiva – consiste em encontrar, dentro da minha perspectiva pessoal, fundamentos para agir que não sejam rejeitados de um ponto de vista mais amplo: fundamentos que o eu objetivo possa tolerar graças a suas limitadas pretensões à objetividade.<sup>31</sup>

Em Thomas Nagel, quanto a escolhas que, de certo modo, não influenciam os seres humanos como um todo, não seria preciso atingir este distanciamento objetivo, como por exemplo, o fato de

<sup>29</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 212.

<sup>30</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 213/214.

<sup>31</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 215-217.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 103-122
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

Considerações sobre o sentido de liberdade e sua relação com a ética: paralelos entre as filosofias de Emmanuel Kant e Thomas Nagel

podemos escolher um sanduíche de frango ao invés de um de salame simplesmente porque o preferimos.

O conflito entre a prudência e o impulso não é igual ao conflito entre o sanduíche de frango e o de salame, pois se trata de um conflito entre níveis: a perspectiva imediata do momento presente e a perspectiva (parcialmente) transcendente da neutralidade temporal em meio aos momentos previsíveis de nossa vida. É um exemplo da busca de liberdade, pois mediante a prudência tentamos recuar dos impulsos que nos pressionam de imediato e agir, num sentido temporal, de fora de nós mesmos.<sup>32</sup>

Nagel sugere que, de certa forma, estamos aprisionados ao nosso ponto de vista de observação subjetivo.

A predominância de uma visão atemporal acerca de nossas vidas pode ser objetivamente uma insensatez. E a compulsividade ou a fuga neurótica baseada em desejos recalcados pode disfarçar-se facilmente de auto-controle racional. Em sua forma normal, porém, a prudência aumenta nossa liberdade ao aumentar nosso controle sobre a ação dos motivos de primeira ordem por meio de uma espécie de vontade objetiva.<sup>33</sup>

Segundo Nagel, os motivos chamados de prudenciais são criados pelo ponto de vista objetivo. *“Embora a prudência seja apenas o primeiro estágio no desenvolvimento de uma vontade objetiva, ela é seletiva em seu endosso dos motivos e preferências mais imediatos.”*<sup>34</sup>

Isso não significa que os motivos que não podem ser endossados de um ponto de vista atemporal devem ser totalmente esmagados. Sua ação imediata é objetivamente tolerável, mas precisam de fato competir com as razões prudenciais em cuja formação não tem expressão significativa, por assim dizer. Mesmo quando escolho não me submeter inteiramente às considerações prudenciais perante o impulso presente, isso depende de eu conciliar meus atos com a visão objetiva. [...] Do contrário, não é liberdade o que mostro, mas fraqueza de vontade.<sup>35</sup>

Tal fraqueza é, neste sentido, uma fraqueza que não consegue atingir o distanciamento objetivo necessário.

Em Nagel, o ponto de vista objetivo a ser buscado, e também o tempo objetivo, tratam de formular valores ao invés de meras preferências. Apesar de o autor reconhecer os limites do ponto de vista objetivo, no sentido de que não consegue substituir por completo as perspectivas originais a que ele transcende, ao menos a perspectiva mais objetiva possibilita que possamos submeter nossos impulsos imediatos ao exame objetivo.

<sup>32</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 220.

<sup>33</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 221.

<sup>34</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 221/222.

<sup>35</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 222.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 103-122
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

Assim sendo, Thomas Nagel, ao propor um ponto de vista neutro e atemporal, toma a moral como liberdade, já que a liberdade significa esta “transcendência” do ponto de vista subjetivo. Na esfera da moral, não bastaria haver uma tolerância do que ocorre, mas deveria haver um endosso do eu objetivo.

No que tange à esfera da moral, “o envolvimento não é apenas externo ao momento presente, mas externo à nossa própria vida”<sup>36</sup>. Assim se formariam valores impessoais, no sentido de que indicariam como se deve viver, porque diriam como qualquer um deve viver. Isto porque tais valores partiriam de um ponto de vista objetivo, o qual não levaria em consideração perspectivas particulares, e aqui há, novamente, um retorno ao imperativo categórico: “Não podemos agir no mundo estando fora dele, mas podemos, de certa maneira, agir a partir de dentro e de fora de nossa posição particular.”<sup>37</sup>

No que tange à ética, afirma Nagel:

O que conduz ao desenvolvimento da ética é o ataque às barreiras internas. [...] A ética é uma via para o envolvimento objetivo porque fornece uma alternativa à pura e simples observação externa de nós mesmos. Permite que a vontade se expanda pelo menos um pouco ao longo do caminho da transcendência possível para o entendimento.<sup>38</sup>

### Ética e seu ponto convergente: os paralelos que se unem

Nagel quer plantar a semente da incerteza sobre o próprio domínio de nossas ações, incluindo a possibilidade de que talvez todos os atos em conjunto façam parte de algo que está para além de nosso controle. Neste sentido, foge totalmente dos moldes kantianos, de forma a minar o sentido e propor, de certa maneira, a ruína do conceito tradicional de autonomia, principalmente em sua conotação transcendental kantiana. Seu objetivo é o de, justamente, causar ou resgatar na pessoa humana um sentimento de impotência diante da realidade, às avessas, também, de uma abordagem fenomenológica, a qual, de modo contrário, enfoca a consciência humana e sua intencionalidade representacional para alicerçar a filosofia, afastando a objetividade e intensificando a importância da subjetividade.

Nagel afirma que precisamos agir de um ponto de vista objetivo, e também vemos a nós mesmos de um ponto de vista objetivo, o que parece remeter, em certo sentido, à Kant em seu

---

<sup>36</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 224.

<sup>37</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 225.

<sup>38</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p.226.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 103-122
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

imperativo categórico. Ao mesmo tempo, sua teoria parece ser também o extremo contrário de Husserl, o qual manteve seu foco na idealidade e não na objetividade ou realismo.

Coloca Nagel que nossa liberdade é limitada, também devido ao “ponto cego” que nos impossibilita o alcance da visão objetiva total, e neste sentido ele diverge de Kant que crê na autonomia do sujeito. Thomas Nagel tenta libertar-se da subjetividade, ou das influências das inclinações pessoais para determinar nossas ações, onde, novamente, se percebe haver uma aproximação à Kant:

Mas os seres humanos reflexivos querem algo a mais. Querem ser capazes de se distanciar dos motivos, razões e valores que influenciam suas escolhas e submeter-se a eles somente se forem aceitáveis. [...] Repito que isto não é autonomia, nem uma solução para o problema do livre arbítrio, mas um substituto – algo que, embora aquém da aspiração impossível de agir a partir de fora de nós mesmos, tem valor por si só.<sup>39</sup>

Nota-se aqui a aproximação com o imperativo categórico kantiano, no intuito de buscar uma fundamentação do agir livre de inclinações pessoais, e, portanto, universal. Assim como em Kant a felicidade pode ser determinada pelas paixões, diferentemente do que ocorre na esfera do agir moral, o qual necessita, em termos éticos, do imperativo categórico; em Nagel, a esfera pessoal do agente também se difere da esfera pública na medida em que admite preferências pessoais inerentes à subjetividade.

Há também na obra de Nagel o que parece ser uma clara influência de Rawls, o qual é considerado como neokantiano, quanto à sua concepção política de justiça: “*Há uma forma de estender a vontade para além de nós mesmos, para as circunstâncias da ação, mas por meio da extensão da ética à política.*”<sup>40</sup>

Em termos de se atingir a finalidade à que este artigo se propôs em seu início, tem-se que, talvez não se faça mais necessário uma cisão entre o eu transcendental e eu empírico, para defender uma liberdade que advenha daquele para fundamentar a ética; assim como talvez não seja necessária a cisão entre o eu objetivo e o eu subjetivo, para manter-se o mesmo fim.

Há, por exemplo, a possibilidade de falar-se em uma liberdade que surge diante da percepção deste determinismo do qual não se pode recuar, mesmo que esta não seja uma liberdade total, nos termos expostos. Isto, porém, pode significar que estamos determinados por tais condicionamentos histórico-culturais, mas que a atitude a ser tomada é a de apropriação consciente desta pré-compreensão, para, a partir daí, buscar-se uma autonomia ética. Têm-se, neste sentido as palavras de Gadamer, em *Verdade e Método*:

<sup>39</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 211.

<sup>40</sup> NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004, p. 225.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 103-122
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

Considerações sobre o sentido de liberdade e sua relação com a ética: paralelos entre as filosofias de Emmanuel Kant e Thomas Nagel

O que, sob a idéia de uma autoconstrução absoluta da razão, se apresenta como um preconceito limitador, é parte integrante, na verdade, da própria realidade histórica. Se se quiser fazer justiça ao modo de ser finito e histórico do homem, é necessário levar a cabo uma drástica reabilitação do conceito do preconceito e reconhecer que existem preconceitos legítimos. Com isso a questão central de uma hermenêutica verdadeiramente histórica, a questão epistemológica fundamental, pode ser formulada: em que pode basear-se a legitimidade de preconceitos? Em que se diferenciam os preconceitos legítimos de todos os inúmeros preconceitos cuja superação representa a inquestionável tarefa de toda razão crítica?<sup>41</sup>

A hermenêutica filosófica de Gadamer sugere que, ao compreender, já há algo que se perde na hora em que compreendemos, na medida em que algo sempre escapa a compreensão presente. O termo “vontade objetiva” referido por Nagel, assim como ocorre com a vontade que pode ser determinada unicamente pela razão de forma apriorística em Kant, ao optarem por uma divisão que indica uma escolha que exclui o que poderíamos denominar de outro lado da compreensão de nós mesmos e do mundo, acarretam sérios problemas à psicologia e à psicanálise, nas quais a vontade parece estar sempre ligada ao “lado” subjetivo.

Após esta análise sobre os dois filósofos em pauta, no que tange ao tema da liberdade, resta tentar buscar, ainda, uma ponte a interligar o idealismo ao realismo, e não apenas de tentar construir uma filosofia a partir da escolha de um destes pólos, pois, não se trata de estender, ainda, um platonismo a representar a posição idealista *versus* um aristotelismo que representa o pólo do real. Não se trata da escolha entre o subjetivo em detrimento do objetivo, tampouco do transcendental em detrimento do empírico, ou da coisa em si em detrimento do fenômeno.

Trata-se de tentar superar a dualidade que opõe o interno ao externo. O resultado deste processo co-perceptivo de si mesmo e da realidade, porém, só parece se fazer possível quando o sujeito passa por uma experiência que, de certo modo, ultrapassa o limite de sua subjetividade e retorna ao seu interior com um novo sentido, isto é, retorna à subjetividade e ao que esta significa para si mesma, a partir de seu próprio esquecimento, através da experiência traumática com o outro de si.

Por fim, ao realizarem-se tais paralelos entre as filosofias de Kant e Nagel, principalmente no que tange à liberdade, infere-se que, em termos de conclusões acerca da fundamentação da ética, Thomas Nagel acaba por aproximar-se da visão kantiana no sentido de tentar afastar da ação influências que dizem respeito a apetites pessoais de cada um. Enquanto Nagel aposta numa visão mais objetiva de nossas ações para alcançar este fim, Kant defende a racionalidade como a única possibilidade de uma ética universal, e, portanto, imparcial e atemporal. Apesar de que, em Kant, há uma espécie de egolatria do sujeito racional fechado em si mesmo e, de certa forma, no eu

<sup>41</sup> GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método : traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 4. ed. Petrópolis : Vozes, 2002, p. 416.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 103-122
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------

transcendental, Nagel, por outro lado, propõe uma espécie de abandono do eu em função da visão objetiva. Entretanto, ainda assim existe um ponto de encontro claro entre as duas tentativas filosóficas, na medida em que estas se encontram num mesmo ponto em comum e abandonam sua condição de paralelos, os quais nunca haveriam de se cruzar.

Deve-se, entretanto, ir além da posição ética que divide o sujeito como pertencente a dois mundos diferentes, sendo que à moral caberia apenas um lado desta esfera. Autonomia significa mais do que a escolha de um dos pólos, significa, pois, deixar surgir seu outro lado que curva a linha entre idealismo e realismo, entre o eu subjetivo e o eu objetivo, entre o eu transcendental e o eu empírico, entre coisa em si e fenômeno, e os encontra num mesmo ponto: a liberdade, a qual, não é absoluta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método : traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 4. ed. Petrópolis : Vozes, 2002.

HUSSERL, Edmund. *Ideas relativas a una fenomenología pura y una filosofía fenomenológica*. 2. ed. México, D.F., 1995.

\_\_\_\_\_. *Meditações cartesianas: introdução à fenomenologia*. Porto: Rés, 1980.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. [S.l.] : 70, 1989.

\_\_\_\_\_. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa : 70, 2005.

NAGEL, Thomas. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo : Martins Fontes, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A genealogia da moral*. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1991.

\_\_\_\_\_. *Crepúsculo dos ídolos, ou, Como se filosofa com o martelo*. Lisboa: 70, 1988.

RAWLS, John. *Justiça como equidade : uma reformulação*. São Paulo : Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. *O liberalismo político*. Brasília (DF) : Instituto Teotônio Vilela, 2000.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol.4 – Nº. 2	Novembro 2011	p. 103-122
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	------------